

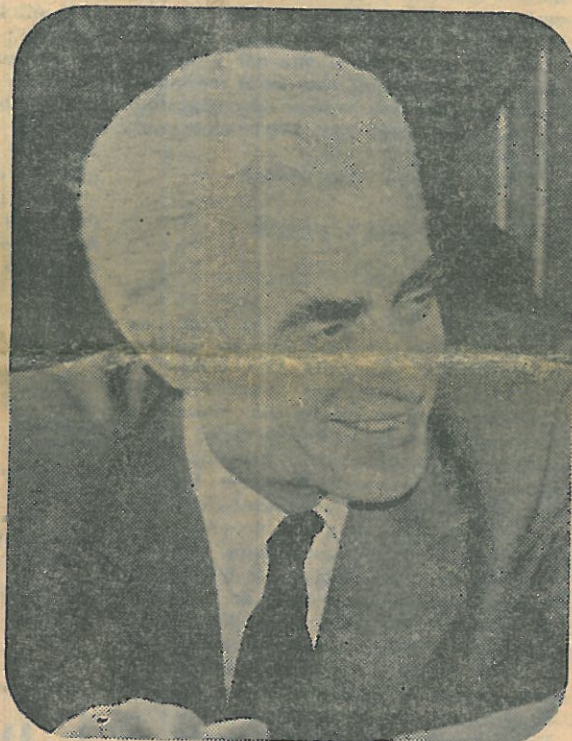


- 1974 — UM ANO HISTÓRICO
- A SITUAÇÃO EXIGE QUE SE ATAQUEM OS PROBLEMAS DE FUNDO
- O P. C. P. SEMPRE AO LADO DOS CAMPONESES
- CONTRA OS MONOPÓLIOS E OS LATIFUNDIÁRIOS
- PAÍSES SOCIALISTAS — AMIGOS DO NOSSO POVO

«A OPINIÃO»

ENTREVISTA

ÁLVARO CUNHAL



CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

* Por JOSÉ GOMES

1. Cada vez mais se ouve falar e propor uma política antimonopolista. Os factos do dia a dia — quer sejam as dificuldades económicas sentidas pelos operários ou camponeses ou as constantes fugas de capital e casos de sabotagem — mostram a sua necessidade. Confirma-se o que o P. C. P. afirmava no último congresso: «A própria evolução objectiva da economia portuguesa coloca inevitavelmente o país ante uma opção: ou o desenvolvimento assente na acumulação e no domínio dos grupos monopolistas e dos latifundiários (...) ou o desenvolvimento assente na liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, no estímulo à iniciativa privada não monopolista, numa crescente intervenção do Estado, na capacidade criadora e na elevação do nível de vida do povo e na redução dos rendimentos e

consumos do pequeno número de multimilionários».

Existe um alertar cada vez maior da consciência das massas sobre a necessidade de uma tal política, embora ainda esteja muito aquém das exigências que a construção do novo Portugal exige e exigirá.

2. Existe quem também fale em política antimonopolista mas que nas propostas concretas procure desvirtuar grandemente o seu conteúdo. Com efeito se se pode entender por tal, quer uma política de apoio à pequena e média empresa, às classes trabalhadoras, quer uma acção de limitação directa da actividade dos monopólios, é necessário ver claramente que a segunda política é determinante. É nela que reside o essencial da liquidação do poder dos monopólios. Mais, só isso torna possível um eficaz e real apoio aos sectores antimonopolistas.

Basta pensar, em defesa desta tese, no facto do Governo Provisório ter elaborado legislação de apoio às pequenas e

(CONTINUA NA PÁGINA 4)

NA PÁGINA 3

A CONTROVERSA «EXPLOÇÃO» ESCOLAR

NA PÁGINA 5

A LUTA DOS TRABALHADORES DOS S. M. G. E. DO PORTO

«A INCONSTITUCIONALIDADE» DA UNICIDADE SINDICAL...

As tentativas de dividir a classe operária variam consoante a situação política, a correlação de forças e os agentes que a promovem. Durante o fascismo através do terror, hoje através da demagogia social e de frases altissonantes, a burguesia prossegue a sua tentativa de divisão da classe operária. Como os tempos mudaram, mudou também a tática daqueles que prosseguem uma tentativa que está condenada pela história, isto é, a de travar o seu desenvolvimento e impedir o progresso social...

Uma das frentes em que se tem desenvolvido a acção e manobras da burguesia tem sido a frente sindical. Indivíduos que sempre estiveram do lado do patronato, outros que nunca se lembraram dos trabalhadores portugueses antes do 25 de Abril, outros ainda que pela sua situação social estavam ausentes da luta nos sindicatos, descobriram-nos após o 25 de Abril... Todos, à uma, querem dar lições e contar historinhas aos trabalhadores. É curioso como nesta «tarefa» se unem no seu pluralismo os elementos burgueses fascistas, conservadores, socialistas de face humana e americana... Não é de espantar na medida em que a burguesia sempre teve muito horror à união dos trabalhadores. Eles como ninguém sabem que as grandes armas dos trabalhadores são: a unidade, a consciência de classe e a sua organização.

Os trabalhadores portugueses no dia 1 de Outubro de 1970, criaram a INTERSINDICAL, e, logo após o 25 de Abril com a conquista da liberdade sindical, ela era constituída por 217 sindicatos representando cerca de 2 milhões de trabalhadores.

Os trabalhadores portugueses no terreno sindical, como noutros não esperaram pelo 25 de Abril...

A saída do projecto de decreto de lei sindical possibilitou uma ampla discussão, na qual em dezenas de reuniões os trabalhadores se pronunciaram unanimemente pela consagração na lei do princípio da unicidade. Nem uma só reunião ampla de trabalhadores ratificou o pluralismo. Os que o defendiam ficaram nas embaixadas, nos consultórios e nas sedes de alguns partidos... Em Portugal os laços do patronato e do imperialismo, os políticos burgueses não conseguiram dividir os trabalhadores, incutindo-lhes ideias estranhas e perniciosas à defesa dos seus interesses...

Apesar de não terem visto ratificadas as suas posições pluralistas, apesar de os trabalhadores se terem manifestado contra as suas manobras divisionistas, os chamados pluralistas não desarmam. Uns tentam arranjar amarelos que façam circular abaixo-assinados e exposições nas empresas, ameaçando com represálias os trabalhadores que se recusam a assiná-las, na RIOPELE, por exemplo; outros en-

(CONTINUA NA PÁGINA 9)

CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

(CONTINUADA DA 1.ª PAGINA)

médias empresas e na prática pouco se ter alterado a sua situação porque aquelas sofreram os boicotes promovidos pelo grande capital e continuam a defrontar-se com a concorrência demolidora dos grupos monopolistas.

DESFERIR GOLPES NOS ASPECTOS ESSENCIAIS

3. Também a limitação directa da actividade dos monopólios é susceptível de diversas interpretações que se completam não podendo nenhuma delas servir para encobrir as outras e fazê-las esquecer. Se é uma política louvável procurar fixar preços, impor normas de conduta, etc., isto é, controlar os monopólios por aspectos secundários da sua actividade, é preciso encarar o problema mais de frente, ver os grupos monopolistas no seu conjunto e na sua dinâmica e desferir golpes nos seus aspectos essenciais: nos sectores de produção, nos centros neurálgicos do capital financeiro, no regime da propriedade monopolista da terra e dos meios de produção.

Como dizíamos há algum tempo «enquanto houver apropriação monopolista dos meios de produção, a força económica estará inevitavelmente nos monopólios. Poderemos tentar limitá-la mas aquela continua a existir e tudo fará para romper as barreiras que lhe foram impostas».

4. Por tudo isto, porque só o poder político, que não é coincidente com o económico, tem possibilidades de encabeçar uma continuada e consequente política anti-monopolista — com permanente apoio e iniciativa das massas populares — a intervenção do Estado reveste muita importância.

Pode ir desde a repressão a actos económicos ilícitos à expropriação, desde o controle de empresas à sua nacionalização. Mas, em qualquer dos casos, o Estado não pode nem deve actuar como entidade capitalista, impõe-se que uma tal actuação conduza inevitavelmente a uma mudança de atitude económica: deixa de ter a acumulação capitalista como finalidade, não é uma acção supletiva à desenvolvida pelos grupos monopolistas, deve visar sempre os interesses nacionais, tem que ser «uma nova política económica, posta ao serviço do Povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas» (em Programa do M.F.A.).

Por isso o camarada Alvaro Cunhal afirmou em St. Iria da Azóia: «No tempo da ditadura fascista, quando o governo era um instrumento dos monopólios, estas posições do Estado existiam como forma de pôr os recursos da Nação ao serviço dos mesmos monopólios. Agora, com um governo democrático, essas posições do Estado podem e devem servir como instrumentos duma política antimonopolista». E, na Amadora, falando sobre as empresas em dificuldade e a acção do Estado, reafirma: «A intervenção do Estado não pode significar que o Estado paga as dívidas dos capitalistas e estes continuem donos e senhores das empresas como antes e depois as apanham restabelecidas, sem terem sofrido o mínimo nas suas fortunas pessoais, muitas delas formadas à custa das traficâncias que, precisamente, levaram as empresas à falência real ou fictícia».

UMA POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÕES

5. Uma política de nacionalizações é, sem dúvida nenhuma, aquela que realiza, duma forma mais profunda, a política anti-monopolista. É a mais concordante com os interesses da grande maioria do povo português, com o futuro do país.

O que é nacionalizar? É fazer passar as empresas, com os seus meios de produção, ou conjuntos delas, que eram pro-

priedade dos capitalistas, para o Estado passando a serem propriedade desta.

O que está em causa é a propriedade monopolista, dos grupos monopolistas.

Evidentemente que uma tal nacionalização tem que se inserir na nova atitude económica que falamos antes. Trata-se de nacionalizar e gerir essas empresas ao serviço do povo e não nacionalizar para poupar à iniciativa privada esforços em sectores não lucrativos, para aumentar a mais-valia e não usufruir lucros para o Estado, enfim, para reforçar o capitalismo monopolista de Estado (não se confunda com capitalismo de Estado).

6. Como em Portugal uma dúzia de famílias domina a economia portuguesa (Melos, Champalimaud, Espírito Santo, Vinhas & C.), são senhores e donos dos grupos monopolistas, uma política de nacionalizações dos sectores monopolistas, lavada até ao fim, afectaria apenas essa dúzia de famílias, já cheias de riqueza extraída do sangue e suor dos operários do nosso país. Em contrapartida beneficiaria imenso mais de dez milhões de portugueses.

Mais, tal política é historicamente correcta, quer porque a história universal mostra a sua importância benéfica para os povos e para os países, quer porque ela é inevitável num período de tempo mais ou menos longo ditado pela luta de classes. Também só ela permitirá uma independência económica do nosso país.

7. Contudo é uma medida política de grande envergadura.

Os passos que em cada momento se dão nesse caminho são ditados pela correlação de forças, isto é, pela consciência das massas e sua acção, pelas influências dos grupos monopolistas em centros de decisão, pela composição do aparelho de Estado, pela organização do operariado e do campesinato, etc., isto é, pelo nível e características da luta de classes e pela situação económica-social do país,

No actual momento parece revestir particular importância como arma de combate à sabotagem económica e como forma de intervenção no sector bancário.

SABOTAGEM ECONÓMICA: UMA ARMA POLÍTICA

8. Em fins de Outubro de 1917 Lenine afirmava: «Conscientemente, sem descanço, os capitalistas sabotam (desperdiçam, param, sapam, entram) a produção na esperança que esta catástrofe sem precedentes conduza à ruína da república e da democracia». Estas palavras podiam ser integralmente aplicadas à realidade portuguesa.

Rússia, Chile, Portugal. Três dos muitos exemplos em que os capitalistas, os monopolistas, utilizam como arma política a sabotagem económica. Esta faz parte da sua política de classe, insere-se na sua luta de morte contra a classe operária, o campesinato, todas as classes não monopolistas.

Três exemplos em que, no primeiro, venceram as forças populares e a democracia, no segundo foi derrotado e no terceiro o caminho por trilhar decidirá da vitória (para a qual se abrem boas perspectivas).

A luta de classes que se trava contra os grupos monopolistas é de vida ou de morte. É com esse vigor que deve ser combatida a sabotagem económica que é parte integrante da política do grande capital. Mais, não basta combatê-la energeticamente (nacionalização, expropriação, ...) depois de realizada. Ela surgirá inevitavelmente e sabe-se também donde. Há que preveni-la, desferir, antes de ela aparecer aqui e além, os golpes adequados.

9. Embora aplicado a uma situação diferente, a posição de Lenine sobre o assunto expressa no «Projecto de decreto

sobre a nacionalização dos bancos e as medidas que tal exige» de Dezembro de 1917 tem ainda hoje interesse pela firmeza com que as medidas contra a sabotagem económica são apresentadas.

Dizia Lenine no ponto 11: «São passivos da mesma multa assim como de prisão, envio para a frente (de combate, entenda-se) ou para os trabalhos forçados, todos aqueles que tiverem infringido a presente lei, os sabotadores, os funcionários em greve e também, os especuladores. Os sovietes locais e as instituições que deles dependam estão vinculadas a elaborar urgentemente as medidas mais revolucionárias de luta contra os verdadeiros inimigos do povo».

A BANCA PRIVADA

10. Um dos sectores que sistematicamente promove a sabotagem económica (não concessão de créditos a pequenas e médias empresas, dificuldades de desconto, transferências ilícitas de capitais, impedimentos às remessas dos emigrantes, etc.) é o da banca privada. Mais, potencialmente, visto os interesses que defende, o poderio que tem e a situação privilegiada que ocupa na circulação do capital, é um sector fortemente sabotador.

Mas não é apenas nesta perspectiva restrita que se pode justificar a nacionalização da banca privada. É preciso ter presente a grande importância que tem na vida económica, quantitativamente. Muitos bancos são os cerne dos grupos monopolistas mais importantes.

Só controlando a banca privada actual é possível o povo português decidir dos seus destinos, o Estado definir uma política de desenvolvimento económico e executá-la. Só com o total domínio da banca é possível levar a efeito uma coerente política antimonopolista mesmo nos outros sectores.

O PODER EFFECTIVO DA BANCA

11. Segundo os dados oficiais a parte do Produto Nacional Bruto a custo de factores «criado» nos bancos e outras instituições de crédito e nos seguros foi 1,3 % em 1938; 2,8 % em 1968 e 3,4 % em 1972. Como se vê a sua importância tem crescido.

Contudo estes dados pouco mostram. Comparando alguns dados dos bancos actualmente privados com as despesas do Estado, verificamos que para 1972 o produto «criado» nos bancos cobriria 42,6 % das despesas civis do Estado e os lucros contabilísticos dos privados 7,0 % das mesmas despesas. Os lucros não distribuídos e que, acumulados, constituem reservas representam 4,1 % do Rendimento Nacional. Por tudo isto vê-se o poderio da banca e como as suas potencialidades poderiam dar um importante contributo à actividade económica do Estado em benefício da maioria da população.

Mais, ainda para o mesmo ano, o conjunto dos depósitos nos bancos e instituições de crédito que actualmente continuam privados, é cinco vezes maior (note-se bem cinco vezes!) que o total de notas e moedas em circulação no país, sendo só os depósitos a prazo — com os quais a banca tem grandes possibilidades de manobra — 2,5 vezes maior. Este dado mostra bem o poderio dos bancos, como eles podem rapidamente criar problemas profundos na economia.

Como combater a inflação com este poderio monetário nas mãos da banca?

Este poderio económico da banca privada está, enquanto se mantiver nas mãos de monopolistas, ao serviço individual. São armas de sabotagem económica. Esta riqueza é uma lança virada contra o povo!

12. Os principais bancos privados são exactamente aqueles que são o centro financeiro de poderosos grupos monopolistas: o Banco Totta & Açores para o grupo



(CONTINUA NA PAGINA 8)

«SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO»

OU A LIBERDADE DA REACÇÃO

— COMUNICADO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA DA GRANDE LISBOA

Aparece de repente nos jornais. Formado às escondidas dos professores.

Com corpos gerentes eleitos não se sabe por quem.

Com estatutos elaborados não se sabe como.

É o S.P.E. — Sindicato dos Profissionais de Educação. Um «novo» Sindicato de Professores.

Espantoso «Sindicato» este que, surgido com certeza à sombra dos princípios da liberdade e do pluralismo sindicais, se apresenta perante os professores todo feito, pronto a entrar em acção. Espantosa concepção de democracia, esta! Espantosa, sim. Mas significativa.

OS PRECEDENTES...

O S.P.E. não passa, com efeito, da última novidade de uma já longa série de tentativas de divisão da classe docente por oportunistas de direita de vários matizes. Foram as «reuniões de professores com habilitação completa» no final do ano lectivo passado. Foi a tentativa de criar uma Associação de Professores do Ensino Litoral no início deste. Tentativas falhadas, porém. A primeira devido à acção pronta do executivo sindical da altura (a C.I.P. e a um baixo-assinado subscrito por várias centenas de professores com habilitações completas...

A segunda porque a reunião «inaugural» compareceram 16 pessoas, dez das quais se opuseram à iniciativa...

Desta triste prática se podia colher a lição de que o professorado unido numa estrutura sindical única, não admite a divisão. Mas, é claro, não foi essa que os pluralistas colheram: Foi a de que às claras não iam lá (ao pluralismo, é evidente).

E assim passaram a realizar reuniões à porta fechada, convocados particularmente. Assentaram arrais numa célebre sede situada na Avenida da Liberdade em Lisboa. Gozaram (e gozam) de estranhos apoios. E apareceram finalmente.

DESPREZANDO UMA REALIDADE

Fingindo desprezar uma realidade: a da existência do Sindicato dos Professores, organizado por todo o país, agrupando milhares de professores, com estruturas implantadas em centenas de concelhos, escolas e faculdades, reconhecido e apoiado por centenas de Sindicatos irmãos, interlocutor único do Governo, batendo-se por uma melhoria do estatuto sócio-profissional dos professores — de TODOS os professores — e pela participação destes numa política educativa democrática ao serviço da grande maioria do povo português, isto é, das classes trabalhadoras.

Realidade difícil de desprezar.

Se o tentam fazer de fora é porque de dentro a classe o não permitia.

É lícito dizer que é entre os professores que se verificam mais tentativas de divisão em menos tempo. As forças que procuram dividir os trabalhadores actuam em todos os lados mas parece que, entre nós, marcam mais

pontos. Isto deve-se, por um lado, à falta de experiência sindical e de classe do professorado e, por outro lado, à própria estrutura da classe marcada por longos anos de uma política de divisão e de mão-de-obra barata. As divisões entre graus e ramos de ensino e entre categorias múltiplas dentro de cada grau de ensino e a existência de uma larga camada de professores sem habilitações são condições estruturais que só podem ser modificadas por uma política a longo prazo de democratização do ensino, de formação acelerada de professores, de abolição das divisões entre o ensino predominantemente «técnico» e o dito «teórico». Partindo das reais dificuldades que esta situação estrutural cria, e aproveitando-se da má informação, da ingenuidade ou de preconceitos sectoriais latentes, os reaccionários — porque é deles que se trata, como se pode provar facilmente — jogam na minimização dos avanços rumo à unidade que já se conseguiram (e não foram poucos), atacam o Sindicato Único, apostam no imediatismo e na impaciência, realçam o Secundário — as divisões existem e as dificuldades em se resolver em cada caso concreto — em desfavor do essencial — a existência de condições comuns e da luta conjunta para resolver os problemas e aplanar as diferenças sem esquecer a necessária mas transitória especificidade de cada sector.

A LIBERDADE DA DIVISÃO — A LIBERDADE DA REACÇÃO

As tentativas de dividir os trabalhadores face ao patronato apareceram ao mesmo tempo que os trabalhadores e os patrões. A partir da altura em que os trabalhadores se organizaram, adquiriram consciência de classe, apontaram como alvo supremo da sua luta a abolição da exploração do homem pelo homem e se dotaram dos meios para o conseguir, essas manobras passaram a surtir menos efeito mas, ao mesmo tempo, intensificaram-se. Neste país, a unidade dos trabalhadores foi construída em condições muito duras que lhe realçaram o preço e a valia. Depois do 25 de Abril essa unidade, assente numa base profundamente progressista, reforçou-se apesar dos constantes esforços em contrário do dinheiro e das influências internacionais, da reacção interna. Quando o movimento sindical unitário português decidiu construir sindicatos únicos — tal como o fizeram os professores já há muito e como reafirmaram recentemente — e não se filiar em qualquer central sindical internacional reafirmando o seu apertadismo, tudo foi e é tentado para obrigar os trabalhadores a, em nome da liberdade, liquidarem a sua liberdade de resistir à exploração e de lutar pelos seus direitos.

E aí vem o S.P.E.. Agrupa, é claro, os reaccionários e os oportunistas da direita. Mas fala muito em liberdade. A liberdade da divisão. A liberdade da fraqueza. A liberdade da reacção.

Não passará!

Disso depende o futuro da nossa luta e das nossas reivindicações.

Não se utilizarão das nossas dificuldades para as aumentar e fazer de nós joguetes da reacção.

CONTRA A SABOTAGEM ECONOMICA

(CONTINUADO DA 4.ª PAGINA)

CUF o Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa para o grupo Espírito Santo, o Banco Pinto & Sotto Mayor para o grupo Champalimaud, o Banco Português do Atlântico para o grupo do mesmo nome, o Banco Fonsecas e Burnay para o grupo Fonsecas e Burnay.

Eles representam 22,3 % dos bancos e instituições de crédito privadas mas têm 73 % dos depósitos à ordem totais, 81 % dos depósitos a pré-aviso e 70 % dos depósitos a prazo. Em 1973 cresceram mais que os outros bancos em todos os aspectos e tiveram 48,4 % dos lucros contabilísticos. As suas participações financeiras, isto é, capital empregue em acções de outras empresas para as dominar, ascende a 1 milhão 170 mil contos e representa 75,9 % do total.

Estes dados mostram que é possível temporariamente manter uma parte da banca privada e, nacionalizando 22,3 % delas, passar a ter um grande domínio sobre o conjunto da banca e, indirectamente, sobre os grupos financeiros de que são sustentáculo, sobre as empresas controladas por esses bancos.

A IMPORTÂNCIA DE NACIONALIZAR A BANCA

13. Sobre a importância política da nacionalização total da banca, melhor do que aquilo que poderíamos dizer o texto de Lenine que seguidamente transcrevemos de «A catástrofe eminente e os meios de a impedir» sintetiza os aspectos principais:

«... Quanto ao Estado, teria, pela primeira vez a possibilidade de, antes de mais, conhecer todas as principais operações, controlá-las e, seguidamente, regular a vida económica e, finalmente, obter milhões e biliões para as grandes operações do Estado».

14. Eis, pois, em traços gerais a grande importância da nacionalização da banca, legitimado, no plano interno, pelo processo revolucionário aberto no 25 de

Abril e, no plano internacional, por decisões da Organização das Nações Unidas.

Em nada os pequenos e médios depositantes, aqueles que honestamente adquiriram os seus bens, seriam afectados.

15. A nacionalização da banca privada é importante, mas não é fácil no plano da luta de classes.

Na Plataforma de Emergência aprovada no VII Congresso do P.C.P. afirma-se: «Controlo pelo Estado da actividade da banca privada e intervenção do Governo sempre que essa actividade não corresponda à defesa dos interesses da comunidade nacional».

Mantendo este aspecto toda a actualidade a vida mostrou a necessidade e a possibilidade de a curto prazo talvez ir mais além. O camarada Alvaro Cunhal em St.ª Iria de Azoia afirmava justamente: «Na banca também cada vez mais se põe com mais nitidez uma alternativa: ou o Estado consegue controlar eficazmente as actividades da banca privada de forma a pôr termo rápido às práticas lesivas da economia nacional e a obrigar a banca a estimular em vez de refrear as actividades económicas, ou então, se essas medidas não resultarem e se se quiser livrar a economia portuguesa de um gravíssimo colapso, não haverá outro caminho senão a nacionalização da banca privada».

16. Duma forma mais geral, numa perspectiva mais ampla no tempo, podemos efectivamente afirmar que só «a liquidação do poder dos monopólios permitirá o aproveitamento de grande parte das riquezas nacionais em benefício do povo e da Nação, o amplo desenvolvimento da economia, a criação de uma base industrial que assegure a independência do país, a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, a melhoria da situação das classes médias e a eliminação da principal base social da reacção e do fascismo» (Programa do P.C.P., no ponto 2.º da Revolução Democrática e Nacional).

JOSÉ GOMES

N. da R. — Os subtítulos são da nossa responsabilidade.

MOSCOVO OU O PERFIL DE UM POVO

(CONTINUADO DA 12.ª PAGINA)

crédula e crente, terás morrido ainda a pensar assim?...

O meu querido José, sapateiro da minha rua, era um homem em tudo diferente de Maria. A sua loja, três, quatro metros quadrados apinhados de formas, solas e ferramentas era mesmo a gaiola que nós, miúdos, lhe chamávamos. Sempre simpatizei com José, o sapateiro da minha rua. Gostava de saltar o tapal que de dia substituí a porta da oficina, sentar-me junto dele, vê-lo martelar a sola ru modelar botifarras de carneira. Mas sobretudo, acima de tudo e para além de tudo, do que eu mais gostava era de ouvir-lhe as curiosas histórias, verdadeiras mensagens da fraternidade na boca de um homem simples e bom: «...e então, o Zé Estaline disse para o camarada sapateiro: aqui tens sola e ferramentas, vai's fazer botas para todos os meninos da nossa Rússia!»

«Mas os russos não comem os meninos?...» perguntei-lhe uma vez.

O meu querido José, sapateiro da minha rua, sorriu e respondeu: «Quem lhe disse isso, menino? Pergunte ao pai-zinho o que são os russos...»

É aqui que meus pais e irmão entram na minha experiência moscovita, o avião já a sobrevoar as nuvens soviéticas. Estamos os quatro à mesa da nossa casa, um almoço qualquer aí por volta de 1949.

«Sabes, meu filho, que flores temos no nosso jardim?»

«Temos rosas, cravos, gladiolos, violetas jarros...»

«Está bem. Se todas as manhãs, ou à tardinha, só regares as rosas e deixares sem água as outras flores, que acontece?»

«É isso, só vivem as rosas. As outras flores vão-se tornando fraquinhas, perdem as forças, até que murchem e morrem. Na Rússia, meu filho, houve tempo em que só as rosas eram regadas, um dia houve um grupo das outras flores que reuniu e combinou arranjar maneira de terem também água. Passaram a palavra umas às outras, mas foi muito difícil, demorou muito tempo, que as rosas descobrissem e tudo fizeram para calar as outras flores. Depois, havia as serras, os rios, os vales, as flores-sem-água estavam muito distantes umas das outras. Mas conseguiram, mesmo assim, aviar todas, ou quase todas, e a partir de aí tudo se tornou mais simples. Todas juntas, unidas no mesmo desejo, as outras flores tornaram-se mais fortes do que as rosas e acabaram por conseguir que a água que ia só para as rosas fosse distribuída por todas elas. As rosas que tinham muita água e depois tiveram de ficar com menos, não gostaram, mas foram obrigadas a ceder, teve que ser assim. Ouviu-se então dizer que as outras flores lhe comiam os botões as rosas pequeninas. Tudo isto foi há muitos anos, meu filho, na Rússia de hoje há rosas que são já companheiras e amigas das napelões dos cravos das violetas de todas as flores que nascem nos seus campos. E a concluir, para esta história com certeza que o José sapateiro queria que tu cantasse...»

«Vámas dentro de 10 minutos arrancar em Moscovo. Os senhores passageiros abertam os cintos e deixem a fumar. Obrigados».

A PREDIAL AVEIRENSE

Autorizada a exercer a actividade comercial de mediador na compra, venda e hipoteca de propriedades (Dec.º n.º 43767)

Av. Dr. Lourenço Peixinho, 97-1.ª Esq. — Tels. 22383/4 — Apartado 57

Rua da Sofia, 139-1.ª — Telef. 27782 — COIMBRA

Rua Marquês de Marialva, 8 — Telefone 42175 — CANTANHEDE

Colocação de Capitais

Empréstimos s/ propriedades ou automóveis

Compra

Venda de Propriedades